

**O BRASIL**  
**ENTRE DOIS MUNDOS**  
**Os Estados Unidos e a China**

ANMOSTRRA

**O BRASIL**  
**ENTRE DOIS MUNDOS**  
**Os Estados Unidos e a China**

Cristina Soreanu Pecequilo

2025

70

## O Brasil entre dois mundos

Copyright © 2025 Edições 70.

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2025 by Cristina Soreanu Pecequilo.

ISBN: 978-65-5427-341-1

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2025 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

P364b  
1.ed. Pecequilo, Cristina Soreanu  
O Brasil entre dois mundos : os Estados Unidos e a China / Cristina Soreanu Pecequilo. – 1.ed. – Rio de Janeiro : Edições 70, 2025.  
176 p. ; 15,7 x 23 cm.  
  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5427-341-1  
  
1. Brasil – Relações – China e Estados Unidos.  
2. Brasil – Política e governo. 3. Democracia.  
4. Estados Unidos – China – Aspectos políticos.  
5. Sociedade – Aspectos políticos. I. Título.  
  
06-2025/79 CDD 320.981

#### Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Relações : Estados Unidos e China : Aspectos políticos 320.981

Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida.

A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

**Marcas Registradas:** Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

**Material de apoio e erratas:** Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site [www.altabooks.com.br](http://www.altabooks.com.br) e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

**Suporte Técnico:** A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor. A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

## Grupo Editorial Alta Books

**Produção Editorial:** Grupo Editorial Alta Books

**Diretor Editorial:** Anderson Vieira

**Editor da Obra:** Marco Pace

**Vendas Governamentais:** Cristiane Mutüs

**Produtora Editorial:** Andreza Moraes

**Revisão:** Thais Cotts

**Diagramação:** Anthares

**Capa:** Diego Santos

  
**ALTA BOOKS**  
GRUPO EDITORIAL

Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré  
CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)  
Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419  
[www.altabooks.com.br](http://www.altabooks.com.br) – [altabooks@altabooks.com.br](mailto:altabooks@altabooks.com.br)  
**Ouidoria:** [ouidoria@altabooks.com.br](mailto:ouidoria@altabooks.com.br)

  
**alabr**  
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
EDITORES ASSOCIADOS

Editora  
afiliada à:

ASSOCIADO  
  
CBL  
Conselho  
Brasileiro  
de Livros

## **Cristina Soreanu Pecequilo**

Livre Docente em Política Internacional pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Professora de Relações Internacionais da UNIFESP e da Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e Economia Política Internacional (UFRJ). Pesquisadora do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NERINT/UFRGS) e do CNPq. Ocupou a Cátedra Rui Barbosa de Estudos Brasileiros na Universidade de Leiden.  
e-mail: [crispece@gmail.com](mailto:crispece@gmail.com)

AMMOSTR

*Ao CNPq pela Bolsa Produtividade em Pesquisa*

*Para Americanistas e Sinólogos brasileiros,  
pioneiros, contemporâneos e futuros, que desvendam,  
com um olhar nacional, nosso lugar entre os Mundos*

AMMOSTR

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>xi</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>O Brasil, os Estados Unidos e a China: Os Anos da Guerra Fria (1947-1989)</b> .....	<b>1</b>
1.1 Os Desafios da Liderança, Modernidade e Estabilidade (1947-1968).....	3
1.2 Um Novo Perfil de Alianças e Modelos Sociopolítico-Econômicos (1969-1989).....	17
<b>Capítulo 2</b>	
<b>O Brasil, os Estados Unidos e o Ocidente (1989-2002)</b> .....	<b>31</b>
2.1 Parceiros Hemisféricos (1989-1994).....	32
2.2 Integração, Autonomia e Complexidade (1995-2002).....	41
<b>Capítulo 3</b>	
<b>O Brasil Emergente e os Estados Unidos: Convergências e Divergências (2003-2016)</b> .....	<b>55</b>
3.1 Percepções de Liderança (2003-2010).....	58
3.2 Autonomia Mediada, Estagnação e Crise (2011-2016).....	74
<b>Capítulo 4</b>	
<b>O Brasil, a China e o Sul Geopolítico (1989-2016)</b> .....	<b>86</b>
4.1 Parceria na Distância (1989-2002).....	87
4.2 O Brasil Emergente e a China Potência (2003-2016).....	97
<b>Capítulo 5</b>	
<b>A Barganha dos Dois Mundos (2016-2024)</b> .....	<b>115</b>
5.1 A Coexistência Competitiva Estados Unidos e China.....	116
5.2 A Triangulação Estratégica Brasil-EUA-China.....	125
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>150</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>152</b>

AMMOSTR

# Introdução

Durante a Guerra Fria (1947-1989), uma das divisões mais conhecidas referia-se à categoria de Mundos. Dentro de um sistema internacional caracterizado pela bipolaridade entre as superpotências Estados Unidos e antiga União Soviética tal cenário refletia a separação de zonas de influência entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Cada esfera era organizada em torno de dois modelos sociopolítico-econômicos e estratégicos diferentes: o capitalista-ocidental e o socialista-oriental sob a égide, respectivamente, de norte-americanos e soviéticos. Como produto deste novo equilíbrio de poder, os demais Estados estariam alocados em um destes dois Mundos, ora blocos, ao leste e ao oeste, tornando-se parte de seus espaços geopolíticos, geoeconômicos e geoculturais.

Entre 1945-1947 não se vivia apenas a emergência da Guerra Fria, mas também a ascensão da *Pax Americana*. Baseada na construção de uma ordem internacional liberal, cujos pilares são a democracia política e o liberalismo econômico, a ordem era sustentada pelo exercício de uma hegemonia baseada na força militar, em estruturas multilaterais e no poder ideológico. Definidos por Nye Jr (1990) como poder duro e poder brando e de cooptação (*hard, soft and cooptive power*), estes mecanismos de projeção focavam na força e no convencimento, construindo a projeção do Leviatã Liberal, como classificado por Ikenberry (2012). Estruturalmente, predominavam a bipolaridade e a *Pax Americana*.

Porém, as transformações do pós-1945 não se encerraram como estes fenômenos. A descolonização afro-asiática, a defesa da soberania e as demandas por modernização já nos anos 1950 colocaram em xeque estas simplificações. Em 1955, a Conferência de Bandung, que reuniu as nações recém-independentes e os povos em desenvolvimento, tornou mais aparentes as novas dinâmicas do jogo de poder global. À cisão Leste-Oeste, agregava-se à Norte-Sul, e as possibilidades do não-alinhamento e da barganha. Não haviam apenas dois mundos, mas um cenário complexo de nações ricas e pobres, alinhadas ou não alinhadas, que buscavam maior autonomia.

Antes de Bandung a ideia de três Mundos era apontada na análise de Sauvy (1952), com o surgimento do conceito de Terceiro Mundo, como representativo das nações em desenvolvimento do Sul. O Primeiro Mundo referia-se às nações desenvolvidas do Norte, baseadas no núcleo Estados Unidos-Europa Ocidental, e o Segundo Mundo, era associado à União Soviética e o bloco socialista. Nos anos 1970, outra interpretação, sobre os Três Mundos surgiu, como aponta Yee (1983), atribuída a Mao Tse-Tung, líder da China,<sup>1</sup> mas

---

<sup>1</sup> Ao longo do texto, China e República Popular da China (RPC) podem ser utilizados como referência à China Comunista após 1949. Com relação à China Nacionalista, ou Formosa, a opção é por Taiwan.

concebida por seu Vice-Premiê Deng Xiaoping. Segundo esta visão, o Primeiro Mundo era composto pelas duas superpotências e o Segundo pelas potências desenvolvidas alinhadas às superpotências, enquanto o Terceiro era o bloco das nações em desenvolvimento.

A Queda do Muro de Berlim em 1989 trouxe uma inflexão a estas reflexões baseadas nas oposições de Mundos e de Eixos Norte-Sul-Leste-Oeste, como se estas categorias estivessem atreladas unicamente à Guerra Fria. Encerrada a disputa bipolar, não seria mais necessário pensar estas separações. Para isso, contribuía o otimismo da globalização e a universalização da ordem internacional liberal, interligado ao do fim da história (Fukuyama, 1989). Como a realidade concreta demonstrou, não só as divisões permaneceram, como se aprofundaram.

Diante destas tensões, o fim do século XX e o início do XXI trouxeram debates sobre o declínio dos Estados Unidos (Kennedy, 1991), o Choque das Civilizações (Huntington, 1993), a emergência de um novo Segundo Mundo (Khanna, 2008), para representar as antigas nações em desenvolvimento. Haveria a possibilidade de um mundo pós-americano (Zakaria, 2008) que preservasse as estruturas de poder da ordem, mas que as democratizasse diante da ascensão de novos atores e equilíbrios de poder.

Todas estas interpretações pareciam convergir em torno de alguns pontos comuns: a retomada de uma oposição binária entre o Ocidente, representado por Estados Unidos e União Europeia (e aliados tradicionais destes blocos como Japão, Austrália, Nova Zelândia), e países e/ou grupos de países não ocidentais. Tal oposição, podia ser encontrada diretamente em Huntington (1993), com referência ao “Ocidente e o Resto” (*The West and The Rest*, no original), que parecia se tornar um tipo ideal destes discursos. Entretanto, esse era um recorte limitado e muitas outras análises apontavam que estes países e/ou grupos surgiam como Oriente, Periferia/Grandes Estados Periféricos, países Emergentes e de Menor Desenvolvimento Relativo (Nayyar, 2013).

Para agregar ainda mais à discussão, o século XXI trouxe a era dos acrônimos. Antes pertencentes ao Terceiro Mundo, hoje definido como Sul Global (Haug, Bravejoy-Wagner and Miihold (2021) ou Sul Geopolítico (Milani e Kraychte, 2022; Costa e Duarte, 2023), as nações vistas como em ascensão foram apresentadas sob diversas siglas: BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China), MINT (México, Índia, Nigéria, Indonésia e Turquia) ou Next-11 (Bangladesh, Coreia do Sul, Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas e Vietnã). Dentre estes, somente os BRIC, ampliado em 2011 com a África do Sul e em 2023-24 o *Plus*, com Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Irã, Emirados Árabes Unidos, consolidou-se como bloco capaz de articular políticas e demandas.<sup>2</sup>

Outro acontecimento foi a expansão das coalizões de geometria variável como o IBAS (Índia, Brasil África do Sul), a OCX (Organização de Cooperação de Xangai) e muitas outras. Além disso, pode-se pensar, como propõe Visentini (2023b) em mundo em eixos, divididos por critérios demográficos, estratégicos, sociais e econômicos: o militar-rentista, o industrial-desenvolvido, o heterodoxo-emergente e o periférico.

<sup>2</sup> A Argentina, convidada para o BRICS ampliado, recusou o convite no final de 2023 devido às opções do governo recém-empossado de Javier Milei.

A crise econômica global de 2008 no núcleo ocidental e a década de 2020 adicionaram mais componentes a estas classificações, como a desglobalização, o retorno da geopolítica (Cohen, 2023) ou a Terceira Guerra Mundial, gerada pelas reações dos Estados Unidos à construção de um contexto pós-hegemônico (Todd, 2023). Nestas interpretações sobre desconcentração de poder e multipolaridade, democracias se oporiam às autocracias e a ascensão da China produziria uma guerra inevitável (Allison, 2020) ou a Guerra Fria 2.0 (Buzan, 2024). Em meio a estas encruzilhadas, o conceito de blocos ou Mundos ensaia seu retorno como já apontam algumas análises dividindo o atual contexto em Oeste, Leste, Sul (Freidberg, 2023; Ikenberry, 2024).

Este é um debate de longa data, cujas nomenclaturas alteram-se pelas transformações globais e a natureza das disputas políticas. Estas discussões não serão esgotadas ou solucionadas nestas breves páginas da Introdução. Porém, suas linhas gerais têm o propósito de elucidar o objetivo deste livro: estudar como o Brasil, dentro destes processos, pode se posicionar no sistema internacional contemporâneo, diante de seus dois principais parceiros externos, os Estados Unidos e a China.

Independente do conceito que se possa usar, ou do conteúdo a ele atribuído, é fato que Estados Unidos e China são representantes de “Mundos” diferentes, por sua trajetória, história e características. Contudo, neste tempo e espaço, estes “Mundos” convergem em uma transição hegemônica que parece ser inédita entre dois sistemas e eixos de poder interdependentes, mas também distantes. O que se observa é uma coexistência competitiva que afeta todo o equilíbrio de poder global. Em tal contexto, aparentemente dividido entre estes dois Mundos, o estadunidense e o chinês, o Brasil teria que escolher. Mas o Brasil teria mesmo que escolher?

As respostas são variadas: em texto de 1983, o diplomata Paulo Nogueira Batista argumenta que não, que o Brasil não poderia e nem deveria escolher entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, ou entre o Ocidente e o Oriente. Como país multicultural e multirracial sua posição deveria ser a de equilíbrio e, quando necessário, neutralidade. Outros diriam que é preciso escolher: o Sul, pela identidade como país em desenvolvimento, para explorar as potencialidades nacionais (Guimarães, 1999) ou, tender ao Norte pela similitude de valores (Cervo e Bueno, 2015). Nestas breves reflexões, talvez não se chegue a nenhuma resposta sobre esta escolha à medida que estas opções não precisam ser mutuamente excludentes. O propósito é fazer pensar, em um espelho, sobre o Brasil e seus parceiros Estados Unidos e China. Em 2024, comemoraram-se os 200 anos das relações diplomáticas Brasil-Estados Unidos e os 50 anos das relações Brasil-China.

O livro está dividido em cinco capítulos. No Capítulo 1, “O Brasil, os Estados Unidos e a China: os anos da Guerra Fria (1947-1989)”, examina-se como as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos e Brasil-China evoluíram durante a disputa bipolar. Já no pós-Guerra Fria, os Capítulos 2 e 3 focam nas relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, intitulado-se respectivamente “O Brasil, os Estados Unidos e o Ocidente (1989-2002)” e “Convergências, Divergências e Aprendizados” (2003-2016). O foco se desloca para a China no Capítulo 4 “O Brasil, a China e o Sul Geopolítico (1989-2016)”, que examina o intercâmbio sino-brasileiro pelos mesmos recortes temporais.

Fechando as reflexões, o Capítulo 5 “A Barganha dos Dois Mundos (2016-2024)” pretende analisar como o Brasil se posiciona diante de Estados Unidos-China no sistema internacional.

Antes de encerrar, gostaria de agradecer à Gabriela Lisboa por ter-me apresentado este desafio e aos discentes do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) pertencentes ao grupo de pesquisa “Mundos”, Adrielly Ribeiro, Gabriela Buccioli, Isabella Edwards, Karina Hasegawa, Leonardo Ribeiro, Luiza Ataliba e Patrícia Berniz que me ajudaram a vencê-lo. Agradeço ao Prof. Pedro Dallari do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo pela oportunidade do pós-doc. E um agradecimento especial à Equipe da CBN-Estúdio CBN, pela parceria no CBN Pelo Mundo Tatiana Vasconcellos, Fernando Andrade, Janaina Barros (e todos os colegas da produção do Estúdio CBN) e Douglas Ritter.

Setembro, 2024



## Capítulo

# O Brasil, os Estados Unidos e a China: Os Anos da Guerra Fria (1947-1989)

Pensar as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos e Brasil-China, assim como suas triangulações remete a diferentes recortes históricos. Para o conjunto deste livro, que foca o período contemporâneo, as reflexões começam em 1947, marco da Guerra Fria, prosseguindo até o século XXI. Neste capítulo, o recorte é a Guerra Fria até 1989, abordando simultaneamente as relações Brasil-Estados Unidos-China.<sup>1</sup>

Antes de adentrar nesta análise, algumas observações gerais podem ser trazidas.<sup>2</sup> Começando pelas relações bilaterais Brasil-China, os contatos diplomáticos não se encontram formalmente estabelecidos até 1974,<sup>3</sup> ainda que se iniciem as primeiras tentativas de aproximação formal e agendas comuns nas décadas anteriores. Questões político-econômicas e estratégicas encontram-se na raiz deste distanciamento, em um contexto de bipolaridade, e de demandas internas à China referentes à reconstrução pós-revolução de 1949.

As relações Brasil-Estados Unidos mantiveram-se como estruturais, tendo como ponto de partida 1824, logo após a independência de 1822 e a construção do Estado nacional. Em 1889, a proclamação da República trouxe o nascimento dos “Estados Unidos do Brasil”, com o lema “somos da América e queremos ser americanos” (Cervo e Bueno, 2015). No início do século XX, o Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores inaugura o paradigma bilateral-hemisférico da política externa (1902-1961).<sup>4</sup> Priori-

<sup>1</sup> Ambas estas relações bilaterais são definidas por Cervo e Lessa (2014), como parcerias tradicionais. Outros intercâmbios similares se dão com a Argentina, a Alemanha, a França, a Itália e o Japão.

<sup>2</sup> Para as cronologias das relações bilaterais ver: para os Estados Unidos <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/estados-unidos-da-america> e para a China <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/república-popular-da-china#:~:text=Em%201993%2C%20Brasil%20e%20China,de%20%22Parceria%20Estrat%C3%A9gica%20Global%22>. Acessos em 23 maio, 2024.

<sup>3</sup> As reflexões deste capítulo e dos seguintes são também baseadas em textos da autora já produzidos sobre as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos (Pecequillo, 2012) e Brasil-China (Pecequillo, 2019).

<sup>4</sup> Todas as divisões históricas de períodos, opções de nomenclaturas de paradigmas, e definições utilizados no livro são opções da autora com base na literatura sobre política externa brasileira, dos Estados Unidos, da China e suas relações bilaterais e/ou triangulares. Não necessariamente todas são consensuais, podendo ser encontradas variações. Adicionalmente, não serão exploradas de forma exaustiva dinâmicas internas e externas dos protagonistas, mas sim suas linhas gerais e pontos focais para esta análise. Por fim, também não se pretende

zando o espaço regional, hemisfério e Cone Sul, Rio Branco já visualizava importantes transformações no cenário global: a ascensão norte-americana e o declínio dos poderes europeus (*Pax Britannica*).

O foco era uma aproximação não-subordinada e pragmática aos norte-americanos como duas potências regionais, e o reconhecimento da projeção do Brasil como limitada às Américas. Entretanto, este paradigma também gerou o alinhamento automático aos Estados Unidos que, contrariando a premissa de Rio Branco, implicava subordinação. Independente de sua orientação, pragmática ou alinhada,<sup>5</sup> esta perspectiva se associa às visões pró-Occidente, do eixo Norte (vertical) e Primeiro Mundista. Termos como aliança não-escrita, aliança especial, subimperialismo — dentre vários outros —, são associados a esta parceria.<sup>6</sup> Mesmo com sua substituição pelo paradigma multilateral-global em 1961, é uma visão presente no imaginário nacional. Os dois paradigmas são vinculados a diferentes modelos sociopolítico-econômicos e estratégicos.

Esta ampliação sustenta-se no vetor multilateral-global que defende um sistema de relações internacionais abrangente. Destaca-se a procura de alternativas aos Estados Unidos e o estabelecimento de novos intercâmbios. Visa-se maior autonomia com o estabelecimento de parcerias em todas as regiões, configurando o perfil brasileiro de *global trader and player*. As organizações internacionais governamentais convertem-se em um espaço preferencial, assim como a busca de uma atuação equilibrada entre a cooperação com os eixos Sul e Leste da política internacional (horizontal), e novas parcerias ao ocidente. De perfil próximo ao Terceiro Mundismo e ao Não-Alinhamento, mas não plenamente inserido em nenhum, destaca-se pela barganha e valorização de espaços de negociação.

É um paradigma que explora outras dimensões de identidade nacional, associadas à conformação do Estado brasileiro como nação multicultural e multirracial, com laços nas Américas, Europa, África, Ásia, Oriente Médio e raízes sul-americanas. Por esta natureza diversa, o Brasil surge como aponta Batista (1983) como uma nação pertencente a todos os mundos, projetando-se de forma universal. A premissa do Brasil como “ponto de encontro-convergência-equilíbrio” é recorrente nas relações internacionais pós-1961.

Porém, como visto na Introdução, também é recorrente o questionamento da viabilidade e validade desta posição, por sua aproximação com países e valores “não-ocidentais” e/ou “ideológicos” e/ou “não-americanos”. Em resposta a estes questionamentos, Batista indica que:

não há qualquer exclusivismo de contatos políticos, não há qualquer “ideologismo” na escolha de nossos parceiros no diálogo internacional. Ao contrário, temos sido rigorosamente fiéis ao postulado do universalismo, não apenas porque seja uma “boa

---

discutir a dimensão teórica do conceito de parceria estratégica, partindo-se do pressuposto que Estados Unidos e China são parceiros estratégicos do Brasil, cada qual com sua relevância e dinâmica. Os estudos de base deste livro que inspiram estes debates são: Cervo e Bueno (2008), Lessa (1998), Visentini (2013;2020), Oliveira (2012), Becard (2008), Hirst (2006), Lima (2016), Biato Jr. (2010), Lyrio (2010), Cabral (2000), Gu (2019), Magnotta (2024) e Castro e Loureiro (2024). Estas obras e mais uma variada literatura nacional e internacional, documentos oficiais e notícias de imprensa serão referenciadas ao longo do trabalho.

<sup>5</sup> São momentos de alinhamento pragmático: Rio Branco (1902/1912), a Primeira e Segunda Era Vargas (1930/1945 e 1951/1954) e a segunda metade do mandato de Juscelino Kubistchek (1958/1961). Os períodos de alinhamento automático são 1913 a 1929 e 1946 a 1950. Os períodos Vargas, Dutra e JK merecerão maior aprofundamento ao longo do capítulo.

<sup>6</sup> Hirst (2005) menciona as alternâncias entre períodos de aliança, alinhamento, autonomia e ajuste.

doutrina”, mas simplesmente porque a complexidade da cena internacional o exige e porque as necessidades e os interesses brasileiros o aconselham. Não existe terceiro-mundismo, embora tenhamos, como não poderíamos deixar de ter, uma política própria para o Terceiro Mundo. Não vamos abrir mão dessa política. Não existe, tampouco, dentro de nossa política no eixo Norte-Sul, ânimo confrontacionista com o Primeiro Mundo, nem, ao contrário, um ocidentalismo à outrance, que emascularse a nossa individualidade. Não buscamos uma disjuntiva entre nossa condição de país ocidental e de Terceiro Mundo, e sim somar nossa dupla inserção numa representação fiel do que somos na cena internacional. Somos um país capaz de dialogar com as diferentes áreas do mundo, e de todas elas recebemos invariáveis demonstrações de respeito e apreço político. Qualquer reducionismo de nossa posição externa diminuiria nossa capacidade de ação e influência internacionais, seria infiel ao que nós somos, e, por isto, nos dividiria como nação (Batista, 1983, p. 290-291).

Ambos os paradigmas são opções, por vezes, percebidas como excludentes. Seja pela proximidade ou pela distância, os Estados Unidos nunca deixaram ou deixarão de ser considerados como uma referência. Ao longo do tempo, estas oposições se mostram presentes e no pós-Guerra Fria levam a oscilações mais substantivas na agenda internacional e nacional. Pode-se falar de um peso negativo dos Estados Unidos nestes processos, à medida os debates internos sobre o papel global do Brasil muitas vezes atribuem maior peso à reação norte-americana a suas ações do que ao seu interesse.

Se para os Estados Unidos, a Guerra Fria representa a ascensão de sua hegemonia e do conflito bipolar Leste-Oeste, que terminará com sua imposição sobre o rival soviético, para o Brasil e a China é uma fase caracterizada pela busca do desenvolvimento e de uma nova projeção internacional autônoma e soberana. Esta busca, ora por trajetórias similares, ora distintas pode ser desvendada em dois diferentes momentos: 1947 a 1968 e 1969 a 1989.

## **1.1 Os Desafios da Liderança, Modernidade e Estabilidade (1947-1968)**

As décadas de 1950 e 1960 são caracterizadas, tanto para o Brasil, quanto para a China, por desafios comuns no contexto da nascente Guerra Fria (1947/1989): promover a estabilidade político-social e a modernização econômica com foco na industrialização em sociedades majoritariamente agrárias. Dois sub períodos podem ser identificados: 1949 a 1954 e 1955 a 1968. Os marcos aqui utilizados são a Revolução Chinesa de 1949, a Conferência de Bandung em 1955 e o embrião das mudanças nas relações entre Estados Unidos-China-União Soviética em 1968.

Entre Brasil e China existem diferenças significativas de realidade geopolítica e geoeconômica, agenda de política externa e dinâmicas domésticas, e uma ausência de relações diplomáticas formais. Predominam a distância e os constrangimentos da bipolaridade e dos Estados Unidos em algumas decisões brasileiras sobre a China. A sombra da bipolaridade, a posição geopolítica da China na Eurásia e do Brasil na América Latina, afetam a forma com os norte-americanos gerenciam estes intercâmbios.

Para a geopolítica, a Eurásia permanece o “coração do mundo” da política internacional, e zona de disputa permanente entre as potências de sua época, devido a seus recursos naturais. Conforme afirmava Mackinder (2020), quem